



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 54, DE 2009

*Cria limites para os serviços de proteção ao crédito inscrever em seus bancos de dados informações relativas aos consumidores e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

**Art. 1º** Ficam os serviços de proteção ao crédito impedidos de inscrever em quaisquer de seus bancos de dados informações relativas a consumidores que estejam contestando judicialmente as dívidas que lhe são imputadas.

*Parágrafo único.* O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo redundará em multa a ser aplicada pelos sistemas de proteção ao consumidor estaduais (PROCON) ao responsável pelo serviço de proteção ao crédito que variará de R\$ 5.000,00 até R\$ 20.000,00, levando-se em consideração a gravidade do dolo e a reincidência.

**Art. 2º** A prestação de informações incorretas por parte de qualquer serviço de proteção ao crédito dará direito ao consumidor em ser indenizado em valor igual, a pelo menos, ao dobro do débito que lhe seja agravado.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

Em um momento de crise de crédito mundial e que já se faz sentir no nosso país, é necessário que se criem salvaguardas para impedir que ocorram excessos por parte dos órgãos de proteção ao crédito. Muitas das vezes, tais órgãos, sem o devido cuidado ou trâmite legal, inscrevem incorretamente

consumidores como devedores, enquanto os mesmos ainda estão discutindo judicialmente os seus débitos. Assim, o objetivo da presente proposição legislativa é permitir que seja dado o direito à prestação jurisdicional sem que tenham seu nome “sujo” na praça. Além do mais, a lei prevê a multa e a indenização, a fim de torná-la mais efetiva.

**Senador RAIMUNDO COLOMBO**

*(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)*

Publicado no **Diário do Senado Federal**, 04/03/2009.